

PicPay



PicPay Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de Junho de 2022

Índice	Página
Relatório da Administração.....	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanco Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado.....	9
Demonstração do Resultado Abrangente.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	13
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	13
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	14
4. Julgamentos Críticos e Principais Estimativas e Premissas Contábeis.....	18
5. Disponibilidades.....	19
6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	19
7. Relações Interfinanceiras.....	19
8. Títulos e Valores Mobiliários.....	20
9. Outros Instrumentos Financeiros.....	20
10. Ativos Fiscais.....	20
11. Investimentos em controlada.....	21
12. Outros Ativos.....	21
13. Imobilizado de Uso.....	22
14. Intangível.....	22
15. Passivos Financeiros.....	22
16. Outras Obrigações.....	23
17. Contingências.....	24
18. Patrimônio Líquido.....	24
19. Partes Relacionadas.....	26
20. Receitas de Prestação de Serviços.....	28
21. Despesas com Pessoal.....	28
22. Outras Despesas Administrativas.....	29
23. Despesas Tributárias.....	29
24. Despesa pelo Recebimento Antecipado de Valores.....	29
25. Despesa com Serviços Associados a Transações de Pagamento.....	29
26. Outras Despesas Operacionais.....	29
27. Outras Receitas e Despesas.....	29
28. Gestão de Riscos.....	30
29. Outras Informações.....	34
30. Eventos Subsequentes.....	35

A PicPay Instituição de Pagamento S.A., tem o prazer de divulgar as suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A PicPay Instituição de Pagamento S.A. é uma companhia privada, constituída em 10 de julho de 2015, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia começou com a missão de democratizar pagamentos do dia a dia no Brasil, conectando pessoas que precisavam transferir dinheiro, sendo pioneiros na oferta de transações P2P (pessoa para pessoa) 24 horas por dia e 7 dias por semana, adicionando *social features* para criar mais engajamento e interação entre usuários e pagamentos/check-outs via QR Code para lojistas em uma experiência única, 100% digital, integrada e móvel.

A PicPay atua como uma instituição de arranjos de pagamento, onde o usuário possui uma conta de pagamento pré ou pós-paga e permite fazer compras e transferências entre usuários e empresas.

Ao longo do tempo, expandimos o ecossistema com o lançamento de novos produtos e serviços como: (i) expansão das *features* de carteira digital e pagamentos (pagamento de contas e impostos, Pix, recarga de celular, doações via aplicativo de celular, compra de créditos para mobilidade, *streaming*, *games*, *food delivery*, entre outros); (ii) *day-to-day banking* (cartão de débito e crédito do PicPay, empréstimo pessoal e entre pessoas e seguros); (iii) expansão de produtos para lojistas parceiros (ferramentas de gestão, pagamentos recorrentes, pré-pagamento de recebíveis, capital de giro, conta corrente completa); (iv) e-commerce (de produtos digitais a compras online dentro do aplicativo ou via parceiros afiliados); crypto (compra e venda de crypto moedas); e (v) mensageria (recurso de mensagem direta entre usuários) proporcionando uma experiência única de *one-stop-shop* para as necessidades do dia a dia dos nossos clientes. O ecossistema único de dois lados com plataforma aberta nos permite impulsionar o crescimento orgânico da Companhia. A conexão entre consumidores e lojistas parceiros permite que o PicPay ofereça uma experiência única de produto de ponta a ponta, distribuindo uma ampla gama de serviços financeiros e não financeiros no aplicativo, ao mesmo tempo em que obtém informações valiosas sobre o comportamento dos nossos clientes.

No primeiro semestre de 2022, seguimos a estratégia de diversificar cada vez mais o nosso portfólio de produtos e serviços, aumentando as oportunidades de *cross sell* e, conseqüentemente, o faturamento da Companhia. O PicPay lançou diversos produtos e serviços no primeiro semestre de 2022, como monitoramento de crédito, portabilidade de salário, *open banking*, gestão de dívidas veiculares como multas e IPVA, remessa e câmbio internacional, seguro de proteção de carteira digital, empréstimo com garantia de veículo, empréstimo entre pessoas (*P2P lending*), antecipação FGTS e integração do QR Code PicPay + Pix e ferramentas de vendas, campanhas e comunicação para lojistas parceiros. Para o segundo semestre de 2022, já temos um *roadmap* de lançamento de produtos e serviços bem robusto, facilitando cada vez mais o dia a dia dos nossos clientes e lojistas parceiros.

O número de usuários registrados expandiu 29%, saindo de 55,4 milhões no primeiro semestre de 2021 para 71,2 milhões ao final do primeiro semestre de 2022. O número de usuários ativos mensais (usuários que abriram o aplicativo ou com saldo em conta em junho de 2022) cresceu 95%, saindo de 16,4 milhões em junho de 2021 para 32,1 milhões em junho de 2022. A evolução destes indicadores refletiu em aumento no total transacionado e na receita total da Companhia.

O volume total de pagamentos (TPV) da Companhia totalizou R\$ 85,7 bilhões no primeiro semestre de 2022 versus R\$ 30,9 bilhões no primeiro semestre de 2021, expansão de 177%. A receita total atingiu R\$ 1,3 bilhão frente a R\$ 358 milhões no primeiro semestre de 2021. As receitas de intermediação financeira expandiram aproximadamente 4 vezes no primeiro semestre de 2022 frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 849 milhões. As receitas de prestação de serviços cresceram mais de 3 vezes no período frente ao primeiro semestre de 2021, atingindo R\$ 481,8 milhões no semestre.

Como proprietária da marca "PicPay", a J&F Participações custeou todas as despesas relacionadas a sua gestão. Como resultado da rescisão, as obrigações financeiras das partes, de acordo com o contrato de gestão e o contrato de venda da marca terminaram em 20 de setembro de 2021. Sendo assim, a PicPay passou a ser responsável por todas as despesas de promoção e desenvolvimento relacionadas à marca "PicPay" a partir deste período. Por esse motivo, quando comparada as despesas dessa natureza com o período anterior, nota-se um aumento relevante em 2022. Para fins de comparação, as despesas de marketing incorridas no primeiro semestre de 2022 totalizaram R\$ 410 milhões frente a R\$ 512 milhões no primeiro semestre de 2021, uma redução de 20% ano contra ano.

São Paulo, 25 de agosto de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, 4º andar – 04719-911– São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 – CEP 04707-970 – São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

PicPay Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PicPay Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PicPay Instituição de Pagamento S.A. em 30 de Junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de Agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP028567/O-1 'F'-SP



André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5	38.679	44.089
Instrumentos financeiros		12.625.728	9.840.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	6.552.501	4.550.001
Relações interfinanceiras	7	3.257.033	2.854.975
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	7	(1)	(796)
Títulos e valores mobiliários	8	2.687.365	2.342.603
Outros instrumentos financeiros	9	128.830	93.350
Ativos fiscais		227.845	105.752
Ativos fiscais correntes	10a	177.380	55.287
Ativos fiscais diferidos	10b	50.465	50.465
Investimentos		98.455	106.288
Investimentos em controlada	11a	2.794	-
Ágio em investimento em controlada	11c	95.650	106.277
Outros investimentos	11	11	11
Outros ativos	12	49.027	28.813
Imobilizado de uso	13	38.535	42.956
Imobilizado		58.868	58.440
Depreciação acumulada		(20.333)	(15.484)
Intangível	14	194.954	145.035
Ativos intangíveis		255.071	186.019
Amortização acumulada		(60.117)	(40.984)
TOTAL DO ATIVO		13.273.223	10.313.066
PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros	15	12.094.892	9.590.890
Contas de pagamento pré-pagas		8.376.964	6.408.561
Relações interfinanceiras		80.962	131.454
Obrigações por operações vinculadas a cessões		3.143.906	2.573.425
Obrigações por empréstimos e repasses		299.114	228.279
Outros passivos financeiros		193.946	249.171
Outras obrigações	16	351.560	287.771
Provisões para contingências	17	2.697	1.378
TOTAL DO PASSIVO		12.449.150	9.880.039
Patrimônio líquido			
Capital social	18	2.670.774	1.834.774
Capital social - em aprovação	18	438.830	220.000
Outros resultados abrangentes		(1.945)	(1.349)
Prejuízos acumulados		(2.283.586)	(1.620.398)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		824.073	433.027
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.273.223	10.313.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas de intermediação financeira		849.051	208.115
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8b	849.051	208.115
Despesas de intermediação financeira		(437.438)	(50.195)
Juros de empréstimos e repasses		(19.267)	(883)
Despesas de remuneração de contas de pagamento pré-pagas	15e	(418.171)	(49.312)
Resultado bruto da intermediação financeira		411.613	157.920
Outras receitas / despesas operacionais		(1.074.179)	(511.581)
Receitas de prestação de serviços	20	476.997	149.776
Despesas de pessoal	21	(458.011)	(203.955)
Outras despesas administrativas	22	(722.727)	(201.322)
Despesas tributárias	23	(102.946)	(42.227)
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	24	(85.102)	(20.160)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	25	(136.418)	(164.043)
Resultado de participação de coligadas e controladas	11	(17.045)	-
Outras despesas operacionais	26	(28.927)	(29.650)
Resultado operacional		(662.566)	(353.661)
Outras receitas / despesas			
Outras receitas	27	1.442	145
Outras despesas	27	(2.064)	(462)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(663.188)	(353.978)
Prejuízo do Semestre		(663.188)	(353.978)
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	18c	(20,23)	(538,87)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízo do semestre	(663.188)	(353.978)
Outros resultados abrangentes (ORA)		
- Item que pode ser subsequentemente reclassificado para o resultado		
Ajuste ao valor justo de títulos disponíveis para venda	(596)	(418)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(663.784)	(354.396)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Capital Social	Capital Social (em aprovação)	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		582.246	259.000	277	(471.078)	370.445
Ajuste ao valor justo		-	-	(418)	-	(418)
Integralização de capital social		-	177.201	-	-	177.201
Aprovação de aumento capital social		436.201	(436.201)	-	-	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	(353.978)	(353.978)
Saldo em 30 de junho de 2021		1.018.447	-	(141)	(825.056)	193.250
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.834.774	220.000	(1.349)	(1.620.398)	433.027
Ajuste ao valor justo		-	-	(596)	-	(596)
Integralização de capital social		-	1.054.830	-	-	1.054.830
Aprovação de aumento capital social		836.000	(836.000)	-	-	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	(663.188)	(663.188)
Saldo em 30 de junho de 2022		2.670.774	438.830	(1.945)	(2.283.586)	824.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízo do semestre		(663.188)	(353.978)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões encargos trabalhistas		35.077	14.807
Depreciação/amortização	13/14	23.982	23.494
Provisão para contingências	17	1.319	669
Provisão chargeback	7	331	1.046
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		97	394
Baixa de ativo imobilizado	13	3	34
Provisão para perdas operacionais		-	2.698
Resultado de participação de controlada	11a	17.045	-
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		103.821	6.609
Amortização de ágio em investimento em controlada		10.628	-
		(470.885)	(304.227)
TOTAL AJUSTE DE RECONCILIAÇÃO			
Aumento/redução dos ativos e passivos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.106.321)	(2.549.609)
Títulos e valores mobiliários		(345.358)	(322.937)
Relações interfinanceiras a receber		358.542	(956.987)
Outros ativos financeiros		(35.480)	(33.271)
Ativos tributários correntes		(122.093)	(19.750)
Outros ativos		(20.214)	(2.379)
Depósitos		2.386.574	2.860.920
Relações interfinanceiras a pagar		(50.492)	23.048
Outras obrigações		(24.553)	134.288
Pagamento de contingências	16	(1.310)	(712)
Juros pagos		(1.202.221)	(433.338)
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.162.926)	(1.300.727)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aquisição) / Alienação de imobilizado de uso	13	(431)	(6.599)
(Aquisição) / Alienação de intangível	14	(69.052)	(51.206)
(Aquisição) de outros investimentos		-	(1)
(Aumento) de investimentos em participações em controladas		(32.976)	-
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(102.459)	(57.806)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	18a	836.000	177.201
Capital social - em aprovação	18a	218.830	-
Empréstimos e financiamentos		89.267	83.999
Valores pagos de principal de operações vinculadas a cessões	29a	(4.315.439)	(1.577.782)
Valores recebidos de operações vinculadas a cessões	29a	4.902.202	2.940.238
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.730.860	1.623.656
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		44.089	42.882
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		38.679	3.778
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.410)	(39.104)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PicPay Instituição de Pagamento S.A. ("PicPay" ou "Companhia") (anteriormente denominada PicPay Serviços S.A.), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Manuel Bandeira, nº 291, condomínio Atlas Office Park, bloco A, 1º andar (escritórios 22 e 23), 2º e 3º andares, bloco B, 3º andar (escritórios 43 e 44), Vila Leopoldina, CEP 05317-020, e filial na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, na Rua Gil Martins de Oliveira, nº 315, Santa Lúcia, CEP 29056-300, a qual atua no segmento de serviços financeiros e meios de pagamentos brasileiro. Em 30 de setembro de 2020, a PicPay foi autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para atuar como Instituição de Pagamento.

A Companhia possui como público-alvo, na esfera das pessoas físicas, cidadãos localizados no Brasil, inscritos regularmente no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), proprietários de smartphones com sistema operacional iOS e Android, com especial atenção aqueles que não possuem qualquer conta em instituições financeiras ("não bancarizados"). Com relação às pessoas jurídicas, embora inicialmente a proposta da Companhia fosse habilitar pequenos estabelecimentos comerciais, profissionais liberais e autônomos, a partir do ano de 2019 se iniciou uma estratégia de consolidação do recebimento de pagamentos com PicPay também em grandes redes dos mais variados setores do varejo, tais como restaurantes, postos de gasolina, supermercados, farmácias, entre outros.

A Companhia atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compra e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional.

Em seus arranjos de pagamento, a Companhia também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamento por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pagamentos pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pagamentos pós-pagas. Para ampliar a oferta de produtos financeiros aos usuários finais, a Companhia celebrou contrato para atuar como correspondente do Banco Original S.A. ("Banco Original") e de outras instituições financeiras no país, viabilizando a liquidação de boletos, aquisição de empréstimos e a oferta de cartões de crédito do seu próprio arranjo de pagamentos (PicPay Card) para seus clientes.

A PicPay também ampliou a sua atividade de intermediação de negócios em geral, incluindo novos bens digitais em seu *marketplace*, tais como créditos em jogos, recargas de celulares, bilhetes de transporte, entre outros.

Com o propósito de ofertar pagamentos parcelados à pessoas, lojistas ou de boletos, a Companhia estruturou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados PicPay I ("FIDC", CNPJ/ME nº 32.527.650/0001-86). Referido FIDC atua adquirindo os direitos creditórios dos usuários pagadores e as agendas de recebíveis dos profissionais autônomos/liberais ou lojistas que decidem ofertar pagamentos parcelados sem custos a seus clientes, através do PicPay. Como forma de mitigação de todo e qualquer risco de inadimplemento, toda a operação de securitização realizada pelo FIDC é performada através de contas vinculadas ("escrow"), garantindo que usuários e o próprio FIDC tenham seus direitos creditórios satisfeitos.

Em 23 de fevereiro de 2021, as cotas detidas pelo Banco Original no FIDC PicPay I foram convertidas em 1.023.000 cotas seniores e o FIDC emitiu 113.668 cotas subordinadas adquiridas pelo PicPay por R\$ 97.800, que passou a ser controlador do fundo.

Em 20 de julho de 2021 o PicPay adquiriu 100% do capital social do Guiabolso Correspondente Bancário e Serviços Ltda. ("Guiabolso") e sua subsidiária Guiabolso Pagamentos Ltda. (anteriormente denominada Just Correspondente Bancário e serviços Ltda.) ("Just"), passando a deter o controle do consolidado. O preço de compra foi de R\$ 110.000, totalmente pago em dinheiro. O Guiabolso é uma plataforma on-line que oferece à seus usuários o gerenciamento de suas finanças pessoais e a possibilidade de acesso a produtos e serviços, de acordo com o seu perfil, em um marketplace financeiro como cartões de crédito, seguros, investimentos entre outros.

Em 26 de outubro de 2021 a companhia alterou a sua razão social de PicPay Serviços S.A. para PicPay Instituição de Pagamento S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 os controladores criaram uma nova entidade, denominada PicPay Holding Ltda. ("PicPay Holding"). Como resultado da operação descrita na Nota 18a em 31 de dezembro de 2021 esta entidade passou a ser uma holding intermediária que controla diretamente o PicPay e é controlada pela PicS Ltd. ("PicS").

O plano de negócio da PicPay prevê o crescimento no número de usuários registrados, ativos e transacionando, além do aumento no volume transacionado. Usuários engajados e retidos, transacionam mais, gastam mais, cancelam menos e utilizam mais produtos, o que, com o passar dos anos, resultará em geração de lucros. Até o negócio atingir a maturidade e possuir um portfólio de produtos completo, a Companhia irá necessitar de contribuições de seus acionistas controladores. Esta contribuição necessária é projetada e monitorada através dos fluxos de caixa. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com os pronunciamentos aprovados pelo BACEN, mencionados abaixo. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, descritas na Nota 4. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 00 - Pronunciamento conceitual básico aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2021;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 47 - Receita de contrato com o cliente aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021;

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria na reunião realizada em 25/08/2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Não há transações significativas realizadas em moeda estrangeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado à saldo de conta pré-paga ou outros fins.

3.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço.

3.5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº. 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no curto prazo, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor justo;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As perdas permanentes com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e compõem a base de custo do ativo.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, conforme as diretrizes estabelecidas pela PicPay, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

3.6 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.7 Relações interfinanceiras

No ativo os valores são representados principalmente pelos valores a receber de credenciadores (adquirentes) relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do PicPay e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

Recebíveis de cartões de débito são liquidados em 1 dia e o contas a receber de transações de cartões de crédito à vista são liquidados em até 32 dias. Recebíveis decorrentes de pagamentos parcelados em cartões de crédito são geralmente:

- (i) cedidos para o FIDC por meio de um acordo de repasse em que a PicPay é devedora; ou
- (ii) adiantado pelas adquirentes e pelo Banco Original.

Quando os recebíveis são adiantados ou cedidos sem coobrigação são desreconhecidos. Porém, quando são transferidos para o FIDC pelo acordo de repasse, eles não são desreconhecidos porque a PicPay retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis. Os valores são líquidos de provisões para risco de crédito e fraude (*chargeback*).

O risco de crédito na Companhia decorre das exposições com outras instituições financeiras ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, aplicações, ativos financeiros e depósitos. Como instituição de pagamento pré-paga, a Companhia não realiza operações de crédito para seus usuários.

Os valores da provisão são calculados conforme metodologia interna da Companhia onde tem como premissa a exposição dos valores a receber das adquirentes considerando os ratings de agências classificadores de risco e os mitigadores do arranjo de pagamentos.

No passivo, os valores correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, as adquirentes relativos a operação.

3.8 Outros ativos financeiros

Representam principalmente as comissões de parceiros de negócios e valores a receber das taxas de intermediação cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais.

3.9 Despesas antecipadas

Estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.10 Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis dos ativos imobilizados estão assim estimadas:

- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Computadores e periféricos - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Benfeitorias – 5 a 12 anos
- Instalações - 10 anos
- Licenças - conforme vigência contratual

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis, inclusive os gerados internamente, possuem vida útil definida e são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O prazo para amortização dos ativos mais significantes é de 5 anos, sendo amortizados à taxa de 20% ao ano.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se forem confiavelmente mensurados, os benefícios econômicos forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos para finalizar o desenvolvimento para uso ou venda do ativo. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O *software* desenvolvido internamente é registrado na rubrica "*software* desenvolvido internamente".

3.12 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra do negócio.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros deve ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

3.13 Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho 2022.

3.14 Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando os rendimentos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.15 Obrigações por operações vinculadas a cessões

Nessa rubrica são registrados os montantes referentes às obrigações decorrentes de transações cedidas, estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, onde o usuário é o cedente e a PicPay é classificada como intermediadora, representante dos cedentes e devedora dos direitos creditórios levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de pagamento e atua em conformidade com o art. 1 do Decreto 22.626/33 ("Lei da Usura").

3.16 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As operações de empréstimos estão atreladas às necessidades de caixa da empresa para a manutenção ou expansão de suas atividades. Os valores na PicPay representam empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

3.17 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.18 Provisões para contingências

Contingências Cíveis, trabalhistas e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Passivos contingentes - Os passivos contingentes são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo. Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados nas demonstrações financeiras dada a incerteza da Companhia ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação.

São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelos consultores jurídicos.

3.19 Impostos e contribuições

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros. Os passivos fiscais diferidos compreendem as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos decorrem de prejuízos fiscais verificados na fase anterior à mudança de controle acionário, conforme critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração.

3.20 Provisão para chargeback

A provisão para *chargeback* é realizada com base nas notificações dos valores a receber junto às adquirentes e que estão em análise, a média histórica de perdas também é considerada para o cálculo desta provisão.

3.21 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.22 Reconhecimento de receita

Receita de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

A receita é reconhecida de acordo com as seguintes etapas: identificação do contrato e da obrigação de desempenho, determinação e alocação do preço da transação e reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é satisfeita.

A receita de contratos com clientes é reconhecida no momento em que o controle dos serviços é transferido para o cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia geralmente atua como agente na prestação de serviços, pois seu papel é providenciar para que outra entidade forneça os bens ou serviços.

O PicPay oferece incentivos com diversas características aos usuários para divulgar sua plataforma. Os seguintes critérios são avaliados para determinar se os incentivos são considerados um componente da receita ou são apresentados separadamente como despesas de marketing: (i) se os pagamentos são para o cliente em troca de um bem ou serviço distinto; (ii) a existência de uma obrigação de desempenho da Companhia para com o usuário final; (iii) se há expectativa de contratos futuros específicos em decorrência do incentivo; (iv) se os incentivos são, em substância, um pagamento em nome dos parceiros ou outras partes envolvidas no acordo.

Os produtos financeiros e de pagamentos da Companhia se consolidam nos seguintes:

- **Person-to-Person (“P2P”)**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas físicas, sem fins comerciais, que possibilita o recebimento instantâneo de pagamento realizado via cartão de crédito ou de saldo de outro usuário cadastrado no aplicativo.

- **Professional ("PRO")**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas físicas (autônomos e microempreendedores individuais ("MEI")), com fins comerciais (venda de produtos/serviços), que possibilita o recebimento instantâneo de pagamentos realizados via cartão de crédito ou de saldo de outros usuários cadastrados no aplicativo.

- **Person-to-Business ("P2B")**: produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas jurídicas, com fins comerciais. Neste produto é considerado as seguintes modalidades:

- **Business ("BIZ")**: Destinado a lojas físicas;
- **Transferência Eletrônica de Fundos ("TEF")**: Destinado a grandes redes;
- **E-commerce**: Destinado as lojas de vendas online;
- **Assinaturas**: Destinado a produtos de vendas recorrentes.

- **PicPay Store**: serviço de *marketplace* não credenciados na PicPay cujos produtos vendidos são recargas de celular, créditos de transportes, créditos em plataformas digitais, games e outros.

- **Pagamento de Contas**: produto destinado a liquidação de contas de convênio ou boleto bancário.

- **Person-to-machine ("P2M")**: produto que usuários pessoas físicas realizam pagamentos a pessoas jurídicas não credenciadas na PicPay através da leitura de QR-Code em maquininha de cartão de crédito de credenciadoras parceiros neste tipo de operação.

- **Empréstimo**: Através do aplicativo os usuários podem obter empréstimos financeiros com pagamento de principal mais juros. Atuando como correspondente bancário, recebemos uma comissão pela indicação destes empréstimos através de nosso aplicativo, em caso de não pagamento pelo usuário não será necessária a devolução desta comissão.

- **PicPay Card**: produto destinado a usuários cadastrados, pessoas físicas, para que utilizem em maquininhas de cartão de débito e créditos de outras credenciadoras. Neste produto há dois segmentos:

- **PicPay Card Débito**: aceito na rede de estabelecimentos credenciados a bandeira Mastercard;
- **PicPay Card Crédito**: contrato de correspondente bancário do Banco Original.

As receitas destes produtos são representadas substancialmente por:

- **Pix**: Sistema de pagamento instantâneo lançado pelo BACEN, habilita os usuários a enviarem e receberem pagamentos transferindo os recursos de forma instantânea.

- **P2P Lending**: Modalidade de empréstimo coletivo entre os usuários do aplicativo (múltiplos investidores emprestando para múltiplos tomadores de empréstimo).

Receitas de prestação de serviços com meios de pagamento: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos e são reconhecidas na data da transação. Os custos de transação relacionados são reconhecidos ao longo do mesmo período em que os serviços (transação) são prestados.

Os produtos que possuem este tipo de remuneração são: *P2P, PRO, P2B (BIZ, TEF, Assinaturas e E-commerce)* e Pagamento de Contas.

Receitas com intermediação de serviços: receitas oriundas dos contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Original e sobre as transações realizadas na store (parceiros) do aplicativo. Estas receitas são reconhecidas na data da transação e os produtos que possuem este tipo de remuneração são: *Store (Recarga de Celular e Digital Goods)*, *P2M* e *PicPay Card (Débito e Crédito)*.

3.23 Resultado não recorrente

Em cumprimento com a Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020, a Companhia estabelece que resultados recorrentes são resultados relacionados ao objeto social, inerentes às atividades usuais da Companhia, e os resultados não recorrentes são aqueles que não tem previsibilidade e não são relacionados às atividades usuais da Companhia. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 29b.

4. JULGAMENTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

(iv) Provisão *chargeback* :

Para determinar a necessidade de constituição de provisão para *chargeback*, a Companhia avalia as transações para as quais foram solicitados cancelamentos e estima a provisão com base no histórico de perdas.

(v) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, ou sempre que tiver indicativo de *impairment* em período inferior a um ano, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor presente.

(vi) Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, a Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Durante a pandemia, a carteira digital tem se mostrado uma ferramenta importante de ajuda para os cidadãos que estão em isolamento social, especialmente, para as comunidades mais sensíveis. A PicPay criou uma Central de Doações para conectar as pessoas com causas ligadas à Covid-19. Os usuários podem fazer doações para diferentes entidades que, hoje, estão arrecadando recursos para combater a crise e amparar pessoas. Além disso, a PicPay, por meio da integração com governos municipais, tornou-se um meio facilitador para que benefícios de auxílio emergencial cheguem de forma eficiente, rápida e segura às mãos dos cidadãos, o que aumentou consideravelmente os saldos em carteira e transacionados, seus respectivos lastros e o número de usuários ativos.

Não foram observados impactos significativos em decorrência da pandemia em ativos financeiros, ativos intangíveis, imobilizado e provisões e/ou passivos contingentes.

5. DISPONIBILIDADES

	30/06/2022	31/12/2021
Caixas e bancos	38.679	44.078
Aplicação automática	-	11
Total	38.679	44.089

São consideradas como aplicações automáticas os valores que são transferidos automaticamente pelo banco para uma conta de "investimento" onde o saldo acrescido de rendimento retornará para a conta corrente de origem diariamente.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2022		31/12/2021	
	Até 30 dias	Total	Até 30 dias	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Vinculadas a saldos em conta pré - paga				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.927.246	1.927.246	700.001	700.001
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.846.810	2.846.810	-	-
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	1.778.445	1.778.445	3.850.000	3.850.000
Total	6.552.501	6.552.501	4.550.001	4.550.001

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber de adquirentes	2.897.549	2.618.494
Conta de pagamento instantâneo (PIX)	49.188	95.432
Contas a receber operacionais (Nota 19) ⁽¹⁾	318.021	148.443
Provisão para <i>chargeback</i>	(7.725)	(7.394)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(1)	(796)
Total	3.257.032	2.854.179
Vencimento de até 30 dias	926.451	921.983
De 31 a 60 dias	745.226	626.772
De 61 a 90 dias	451.468	425.094
De 91 a 180 dias	724.572	548.187
De 181 a 365 dias	409.315	332.143
Total	3.257.032	2.854.179

(1) Correspondem substancialmente aos valores a receber relativos às transações realizadas com o PicPay Card que são processadas pelo Banco Original, que exerce o papel de adquirente nesse produto. Em 30 de junho de 2022 não há créditos vencidos.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Movimentação da carteira por categoria

Em 30 de junho de 2022 a carteira de títulos e valores mobiliários é composta conforme abaixo:

	Valor de Custo				30/06/2022	
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos disponíveis para venda						
Títulos Públicos (Vinc. a saldos de conta)	769.644	674.669	592.377	2.036.690	(1.945)	2.034.745
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	769.644	674.669	592.377	2.036.690	(1.945)	2.034.745
Títulos Privados	-	-	652.620	652.620	-	652.620
Recibo de Depósito Cooperativa - RDC	-	-	149	149	-	149
Cotas Subordinadas FIDC ⁽²⁾	-	-	652.471	652.471	-	652.471
Total	769.644	674.669	1.244.997	2.689.310	(1.945)	2.687.365

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários é composta conforme abaixo:

	Valor de Custo				31/12/2021	
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos disponíveis para venda						
Títulos Públicos (Vinc. a saldos de conta)	592.066	617.632	639.957	1.849.655	(1.349)	1.848.306
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	592.066	617.632	639.957	1.849.655	(1.349)	1.848.306
Títulos Privados	-	-	494.297	494.297	-	494.297
Recibo de Depósito Cooperativa - RDC	-	-	137	137	-	137
Cotas Subordinadas FIDC ⁽²⁾	-	-	494.160	494.160	-	494.160
Total	592.066	617.632	1.134.254	2.343.952	(1.349)	2.342.603

Não houve reclassificações entre categorias nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(1) O valor de mercado dos títulos públicos (LFT) foi calculado com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e estão custodiados por bancos de grande porte.

(2) Em 23 de fevereiro de 2021 a PicPay subscreveu 113.668 cotas subordinadas do FIDC, totalizando R\$ 97.800. Em 30 de junho de 2022 a Companhia possui 117.002 cotas subordinadas que totalizam R\$ 652.471.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Resultado em cotas de fundos de investimento	459.311	6.578
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	101.952	172.731
Resultado de operações em compromissadas (Nota 6)	287.788	28.806
Total	849.051	208.115

9. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	30/06/2022	31/12/2021
Outras contas a receber ⁽¹⁾	128.830	93.350
Total	128.830	93.350
Circulante	61.349	25.870
Não circulante	67.481	67.480

(1) Referem-se principalmente aos valores a receber previstos em contrato de ressarcimento de despesas de marketing relacionadas à marca PicPay de partes relacionadas e valores a receber com o Banco Original, vide Nota 19.

10. ATIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais correntes

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	4.936	2.205
Impostos de renda a recuperar ⁽¹⁾	172.444	53.082
Total	177.380	55.287
Circulante	177.380	55.287

(1) Referem-se principalmente aos valores de impostos sobre títulos e valores mobiliários, que podem ser compensados com outros impostos federais.

b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos

	31/12/2021	Constituição	Reversão	30/06/2022
Ativos fiscais diferidos - Prejuízo fiscal / Base negativa	50.465	-	-	50.465
Imposto de renda	37.107	-	-	37.107
Contribuição social	13.358	-	-	13.358

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos créditos tributários respalda-se em projeções elaboradas em 30 de junho de 2022.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a PicPay teve prejuízos fiscais de R\$ 619.519, aumentando os prejuízos fiscais acumulados para R\$ 1.970.542.

Devido ao aumento de usuários, amplo portfólio de produtos e mudança de quadro acionário, a Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e reconheceu em 31 de dezembro de 2020, com base na exceção prevista no art. 4º da Resolução BCB nº 15, o ativo fiscal diferido R\$ 50.465 referentes aos prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente, uma vez que a Administração considerou que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Em nova projeção de lucros tributáveis futuros, constatou-se que houve alteração nas estimativas de realização da Companhia, porém não ocorreram novas constituições devido ao histórico de prejuízos, não havendo, dessa forma, a alteração no ativo fiscal diferido. A expectativa é que a realização do crédito tributário ocorra nos próximos 5 anos.

Conforme Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização.

c) Crédito Tributário não ativado

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados sobre os quais não foram registrados créditos tributários.

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ	455.528	313.644
CSLL	163.991	112.912
Total	619.519	426.556

11. Investimentos em controlada

a) Investimentos em participação em controladas

	31/12/2021	Movimentação de 01/01 a 30/06/2022		30/06/2022	31/12/2021
	Participação na controlada	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Participação na controlada	Participação na controlada
Guiabolso	(13.137)	(17.045)	32.976	2.794	-
Total	(13.137)	(17.045)	32.976	2.794	-

b) Informações financeiras resumidas das controladas

Informações das controladas em 30 de Junho de 2022

	30/06/2022	31/12/2021
	Guiabolso	Guiabolso
Ativo total	11.789	5.603
Passivo total	(11.789)	(5.603)
Passivo	(8.996)	(18.740)
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	(2.794)	13.137
Resultado do período ⁽²⁾	(17.045)	(76.599)
Participação capital social	100%	100%

(1) Refere-se ao valor da participação que no exercício de 2021 correspondia ao passivo à descoberto da companhia, sendo classificado para o passivo em outras obrigações (Nota 16).

(2) As informações financeiras resumidas do exercício findo em 31/12/2021 não consideram a data de início do investimento do PicPay.

c) Ágio em investimento em controlada

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização do Período	30/06/2022
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	45.245	-	-	(4.524)	40.721
Diferença de valor de mercado de ativos intangíveis	61.032	-	-	(6.103)	54.929
Total	106.277	-	-	(10.627)	95.650

O total dos ativos líquidos adquiridos a valor justo foi de R\$ 64.755 tendo reconhecido o valor de R\$ 61.032 a título de ativos intangíveis para o principal *software* da empresa. O laudo realizado por empresa independente especializada em avaliação de ativos (PPA) foi finalizado em janeiro de 2022 resultando em um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 45.245, o laudo prevê o período de amortização em 5 anos para ambos. Em 30 de junho de 2022, a Companhia registrou um total de amortização de R\$ 10.627 (R\$ 0, em 31 de dezembro de 2021).

12. OUTROS ATIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	44.846	26.620
Adiantamento a fornecedores	802	1.160
Adiantamento despesas com pessoal	3.105	968
Depósitos judiciais	274	65
Total	49.027	28.813
Circulante	49.027	28.813

13. IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Valor de Custo	Depreciação acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação acumulada	Saldo Contábil
Computadores e periféricos	35.552	(13.734)	21.818	35.125	(10.211)	24.914
Benfeitorias	17.135	(5.192)	11.943	17.135	(4.172)	12.963
Móveis e utensílios	3.721	(825)	2.896	3.742	(641)	3.101
Máquinas e equipamentos	2.371	(558)	1.813	2.349	(440)	1.909
Instalações	89	(24)	65	89	(20)	69
Total	58.868	(20.333)	38.535	58.440	(15.484)	42.956

As movimentações no período estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação do Período	30/06/2022
Computadores e periféricos	24.914	427	-	(3.523)	21.818
Benfeitorias	12.963	-	-	(1.020)	11.943
Móveis e utensílios	3.101	9	(30)	(184)	2.896
Máquinas e equipamentos	1.909	22	-	(118)	1.813
Instalações	69	-	-	(4)	65
Total	42.956	458	(30)	(4.849)	38.535

14. INTANGÍVEL

	Em 30 de Junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software desenvolvido internamente ⁽¹⁾	185.531	(38.172)	147.359	140.068	(23.028)	117.040
Licenças de software	32.463	(13.953)	18.510	27.335	(13.314)	14.021
Software ou programas de computador - adquiridos	37.077	(7.992)	29.085	18.616	(4.642)	13.974
Total	255.071	(60.117)	194.954	186.019	(40.984)	145.035

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização do Período	30/06/2022
Software desenvolvido internamente ⁽¹⁾	117.040	45.463	-	(15.144)	147.359
Licenças de software	14.021	5.128	-	(639)	18.510
Software ou programas de computador - adquiridos	13.974	18.461	-	(3.350)	29.085
Total	145.035	69.052	-	(19.133)	194.954

(1) A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como "outras despesas administrativas".

15. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Composição dos passivos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Contas de pagamento pré-pagas ⁽¹⁾	8.376.964	6.408.561
Relações interfinanceiras	80.962	131.454
Obrigações por operações vinculadas a cessões - partes relacionadas (Nota 19) ⁽²⁾	3.143.906	2.573.425
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)	299.114	228.279
Outros passivos financeiros	193.946	249.171
Total	12.094.892	9.590.890
Circulante	12.094.892	9.590.890

(1) Corresponde aos depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga do PicPay. Tais depósitos, e também os valores registrados na conta PIX, são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da Resolução BCB nº. 80, sendo remunerados por 102% do CDI (120% do CDI em 31 de dezembro de 2021) e possuem liquidez diária. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

(2) Refere-se às obrigações decorrentes de transações cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados PicPay I ("FIDC").

b) Abertura por vencimento

Em 30 de junho de 2022

	Sem vencimento	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	8.376.964	-	-	-	-	-	8.376.964
Relações interfinanceiras	-	80.962	-	-	-	-	80.962
Obrigações por operações vinc. a cessões	-	890.487	668.389	444.537	727.182	413.311	3.143.906
Obrigações por empréstimos e repasses	-	202.123	-	96.991	-	-	299.114
Outros passivos financeiros	-	188.148	4.258	1.541	-	-	193.946
Total	8.376.964	1.361.720	672.647	543.069	727.182	413.311	12.094.892

Em 31 de dezembro de 2021

	Sem vencimento	Com prazo até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Total
Contas de pagamento pré-pagas	6.408.561	-	-	-	-	-	6.408.561
Relações interfinanceiras	-	131.454	-	-	-	-	131.454
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	761.759	561.407	366.298	557.001	326.960	2.573.425
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	91.949	-	40.018	96.312	-	228.279
Outros passivos financeiros	-	214.027	25.757	4.602	3.156	1.629	249.171
Total	6.408.561	1.199.189	587.164	410.918	656.469	328.589	9.590.890

c) Obrigações por empréstimos e repasses

				Em 30 de junho de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
				Moeda	Juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Valor de face
Do país – Instituições oficiais							
CCB (Cédula de Crédito Bancário) ⁽¹⁾	R\$	de 1,55% à 2,11%+CDI e 102% do CDI	2022	295.000	299.114	224.997	228.279
Total				295.000	299.114	224.997	228.279

(1) Empréstimos realizados através da emissão de CCB's sem a inclusão de *covenants*. O total de juros pagos pela utilização destes créditos no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 18.437 (R\$ 6.559 no semestre findo em 31 de dezembro de 2021).

d) Outros passivos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Estabelecimentos conveniados a pagar ⁽¹⁾	97.641	101.470
Fornecedores diversos	68.607	81.506
Valores a pagar fornecedores operacionais	12.510	17.332
Taxa de processamento a pagar	7.768	30.934
Outros passivos financeiros	7.420	17.929
Total	193.946	249.171

(1) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados para os estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados.

e) Despesas de depósitos remunerados

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Rendimento de carteira de usuário	(418.171)	(49.312)
Total	(418.171)	(49.312)

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Composição

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões com folha de pagamento ⁽¹⁾	205.134	138.865
Fornecedores de serviços e materiais de consumo	52.998	51.298
Fiscais e previdenciárias	92.715	80.972
Obrigações por transações de pagamento	84	90
Fornecedores diversos	629	3.409
Participação em controladas		
Guiabolso Correspondente Bancário e Serviços Ltda. ⁽²⁾	-	13.137
Total	351.560	287.771

Circulante	320.571	260.019
Não Circulante	30.989	27.752

(1) Inclui a provisão para pagamento referente ao contrato de compra do Guiabolso no montante de R\$ 52.000, através de ações ou em dinheiro, para os executivos da companhia ao final do período de carência de 24 meses.

(2) Refere-se ao valor da participação correspondente ao passivo à descoberto da companhia, que no primeiro semestre de 2022 foi reclassificado para investimento em participação em controladas (Nota 11).

17. CONTINGÊNCIAS

	Provisão Cível		Provisão Trabalhista		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.335	358	43	-	1.378	358
Constituição	2.713	4.428	127	43	2.840	4.471
Reversão	(176)	(842)	(35)	-	(211)	(842)
Reversão por pagamento	(1.310)	(2.609)	-	-	(1.310)	(2.609)
Saldo final	2.562	1.335	135	43	2.697	1.378

a) Cíveis

Em 30 de junho de 2022, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 2.562 (R\$ 1.335 em 31 de dezembro de 2021) para processos de natureza cíveis, considerados com risco de perda provável onde os usuários reivindicam uma indenização de danos morais e/ou material. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza no semestre findo em 30 de junho de 2022 R\$ 20.114 (R\$ 12.459, em dezembro de 2021). A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 18 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

b) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia registrou uma provisão trabalhista de R\$ 135 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2021) para processos de natureza trabalhista, considerados com risco de perda provável onde os reclamantes reivindicam a condenação subsidiária, bem como indenizações trabalhistas. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza no semestre findo em 30 de junho de 2022 R\$ 2.651 (R\$ 1.124, em 31 de dezembro de 2021). A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 24 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

c) Fiscais

Em 30 de junho de 2022, a Companhia não possuía contingências fiscais classificadas como possível ou provável risco de perda.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 3.109.604 (R\$ 2.054.774, em 31 de dezembro de 2021) e é representado por 64.637.352 ações (10.168.770 ações, em 31 de dezembro de 2021), das quais 32.318.676 são ordinárias (5.084.385 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021) e 32.318.676 ações preferenciais (5.084.385 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021) sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos, todas nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de uma parcela não inferior a 2% de lucro, após deduções legais. Com base no prejuízo do semestre, não houve distribuição de dividendos nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

a) Movimentação do capital social

	Número de ações		Nº Total de Ações	Valor Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		
Saldo das ações em 31 de dezembro de 2020	220.031	220.031	440.062	841.246
Ações subscritas em 29 de janeiro de 2021	76.921	76.921	153.842	129.500
Ações subscritas em 31 de março de 2021	37.788	37.788	75.576	47.701
Ações subscritas em 02 de julho de 2021	185.331	185.331	370.662	108.000
Ações subscritas em 30 de julho de 2021	258.356	258.356	516.712	96.000
Ações subscritas em 18 de agosto de 2021	1.256	1.256	2.512	523
Ações subscritas em 27 de agosto de 2021	250.815	250.814	501.629	104.304
Ações subscritas em 21 de setembro de 2021	461.551	461.552	923.103	157.500
Ações subscritas em 27 de outubro de 2021	536.522	536.521	1.073.043	140.000
Ações subscritas em 30 de novembro de 2021	1.220.646	1.220.646	2.441.292	210.000
Ações subscritas em 23 de dezembro de 2021	1.835.168	1.835.169	3.670.337	220.000
Saldo das ações em 31 de dezembro de 2021	5.084.385	5.084.385	10.168.770	2.054.774
Ações subscritas em 31 de janeiro de 2022	1.878.816	1.878.816	3.757.632	160.000
Ações subscritas em 25 de fevereiro de 2022	2.816.677	2.816.677	5.633.354	177.000
Ações subscritas em 30 de março de 2022	2.014.652	2.014.652	4.029.304	99.000
Ações subscritas em 27 de abril de 2022	4.883.342	4.883.342	9.766.684	180.000
Ações subscritas em 31 de maio de 2022 ⁽¹⁾	4.126.477	4.126.477	8.252.954	124.950
Ações subscritas em 30 de junho de 2022 ⁽¹⁾	11.514.327	11.514.327	23.028.654	313.880
Total	32.318.676	32.318.676	64.637.352	3.109.604

(1) Estes aumentos de capital ainda aguardam a aprovação do Banco Central.

Na AGE realizada em 29 de janeiro de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de 129.500, mediante a emissão e subscrição de 153.842 ações, sendo 76.921 ações ordinárias e 76.921 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de maio de 2021.

Em 19 de fevereiro de 2021, José Batista Sobrinho vendeu suas ações na PicPay para a J&F Participações S.A. ("J&F Participações"), representativas 130.610 ações ordinárias e 271.095 ações preferenciais. Na mesma data, o Banco Original também alienou suas ações, representativas 134.793 ações ordinárias e, portanto, a J&F Participações passou a ser controladora da PicPay.

Na AGE realizada em 31 de março de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 47.701, mediante a emissão e subscrição de 75.576 ações, sendo 37.788 ações ordinárias e 37.788 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 02 de junho de 2021.

Em 31 de março de 2021, a J&F Participações vendeu suas ações na PicPay para Anderson Andrade Chamon do Carmo e José Antonio Batista Costa, representando 22.294 ações preferenciais e 9.373 ações preferenciais respectivamente.

Em 19 de abril de 2021, a J&F Participações conferiu 637.811 ações emitidas pela PicPay para a PicS, composta por 334.739 ações ordinárias e 303.072 ações preferenciais, que representam 95,26% do capital social da Companhia.

Em 19 de abril de 2021, o José Antonio Batista conferiu a totalidade das suas ações emitidas pela PicPay para a PicS, representando 9.373 ações preferenciais, que representam 1,40% do capital social da PicPay.

Em 19 de abril de 2021, o Anderson Chamon do Carmo conferiu a totalidade das suas ações emitidas pela PicPay para a PicS, representando 22.294 ações preferenciais, que representam 3,33% do capital social da PicPay.

Na AGE realizada em 02 de julho de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 108.000, mediante a emissão e subscrição de 370.662 ações, sendo 185.331 ações ordinárias e 185.331 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de setembro de 2021.

Na AGE realizada em 30 de julho de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 96.000, mediante a emissão e subscrição de 516.712 ações, sendo 258.356 ações ordinárias e 258.356 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de setembro de 2021.

Na AGE realizada em 18 de agosto de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 523, mediante a emissão e subscrição de 2.512 ações, sendo 1.256 ações ordinárias e 1.256 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de setembro de 2021.

Na AGE realizada em 27 de agosto de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 104.304, mediante a emissão e subscrição de 501.629 ações, sendo 250.815 ações ordinárias e 250.814 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 26 de outubro de 2021.

Na AGE realizada em 21 de setembro de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 157.500, mediante a emissão e subscrição de 923.103 ações, sendo 461.551 ações ordinárias e 461.552 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 26 de outubro de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, J&F Participações transferiu 1.810.479 ações da PicPay para a PicS, sendo 905.239 ações ordinárias e 905.240 ações preferenciais, livres e desembaraçadas, representando 60,67% do capital da Companhia, em troca da emissão de 2.433.869.508 novas ações Classe B da PicS.

Na AGE realizada em 27 de outubro de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 140.000, mediante a emissão e subscrição de 1.073.043 ações, sendo 536.522 ações ordinárias e 536.521 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 25 de novembro de 2021.

Na AGE realizada em 30 de novembro de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 210.000, mediante a emissão e subscrição de 2.441.292 ações, sendo 1.220.646 ações ordinárias e 1.220.646 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 20 de dezembro de 2021.

Em 1º de dezembro de 2021, o Banco Central aprovou a transferência do controle J&F Participações (acionista direta desta Companhia) para os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Contrato de Compra e Venda de 10 de setembro de 2021, no âmbito da holding J&F Participações.

Na AGE realizada em 21 de dezembro de 2021, J&F Participações transferiu 3.514.337 ações da PicPay para a PicS, sendo 1.757.169 ações ordinárias e 1.757.168 ações preferenciais, livres e desembaraçadas, representando 54,07% do capital da Companhia, em troca da emissão de 4.724.409.732 novas ações Classe B da PicS.

Na AGE realizada em 23 de dezembro de 2021, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 220.000, mediante a emissão e subscrição de 3.670.337 ações, sendo 1.835.168 ações ordinárias e 1.835.169 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 11 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, J&F Participações e PicS transferiram a totalidade de sua participação na PicPay para PicPay Holding Ltda. tornando-se a única acionista da PicPay.

Na AGE realizada em 31 de janeiro de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 160.000, mediante a emissão e subscrição de 3.757.632 ações, sendo 1.878.816 ações ordinárias e 1.878.816 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 16 de março de 2022.

Na AGE realizada em 25 de fevereiro de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 177.000, mediante a emissão e subscrição de 5.633.354 ações, sendo 2.816.677 ações ordinárias e 2.816.677 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 31 de março de 2022.

Na AGE realizada em 30 de março de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 99.000, mediante a emissão e subscrição de 4.029.304 ações, sendo 2.014.652 ações ordinárias e 2.014.652 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 30 de maio de 2022.

Na AGE realizada em 27 de abril de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 180.000, mediante a emissão e subscrição de 9.766.684 ações, sendo 4.883.342 ações ordinárias e 4.883.342 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em Ofício datado de 24 de junho de 2022.

Na AGE realizada em 31 de maio de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 124.950, mediante a emissão e subscrição de 8.252.954 ações, sendo 4.126.477 ações ordinárias e 4.126.477 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital está aguardando aprovação do BACEN.

Na AGE realizada em 30 de junho de 2022, houve o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 313.880, mediante a emissão e subscrição de 23.028.654 ações, sendo 11.514.327 ações ordinárias e 11.514.327 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital está aguardando aprovação do BACEN.

b) Composição do capital social

	Nº de Ações Ordinárias	Ações ordinárias %	Nº de ações preferenciais	Ações preferenciais %	Nº Total de Ações	% Total de Ações	Valor Total
Em 30 de junho de 2022							
PicPay Holding Ltda	32.318.676	100,00%	32.318.676	100,00%	64.637.352	100,00%	3.109.604
Total	32.318.676	100,00%	32.318.676	100,00%	64.637.352	100,00%	3.109.604

	Nº de Ações Ordinárias	Ações ordinárias %	Nº de ações preferenciais	Ações preferenciais %	Nº Total de Ações	% Total de Ações	Valor Total
Em 31 de dezembro de 2021							
PicPay Holding Ltda	5.084.385	100,00%	5.084.385	100,00%	10.168.770	100,00%	2.054.774
Total	5.084.385	100,00%	5.084.385	100,00%	10.168.770	100,00%	2.054.774

c) Resultado por ação

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Prejuízo líquido (R\$ mil)	(663.188)	(353.978)
Quantidade média ponderada de ações	32.779.502	656.884
Prejuízo por ação – básico e diluído (R\$)	(20,23)	(538,87)

19. PARTES RELACIONADAS

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, as quais são apresentadas de acordo com os custos e preços de prestação de serviços conforme definido nos contratos firmados entre as partes. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas por entender que não existe risco de crédito sobre os saldos em aberto.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 o montante pago como remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 10.067 (R\$ 7.853, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Em 30 de junho de 2022, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

	J&F Participações S.A.	Banco Original S.A.	FIDC	PicPay Bank	Crednovo S.A.	Outras Partes relacionadas (a)	Total
Em 30 de junho de 2022							
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	-	35.463	-	-	-	-	35.463
Títulos e valores mobiliários	-	-	652.471	-	-	-	652.471
Relações interfinanceiras	-	368.989	-	280	274	-	369.543
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
Outros instrumentos financeiros	67.695	-	-	-	-	-	67.695
Total	67.695	1.404.452	652.471	280	274	-	2.125.172
Passivo							
Recursos de terceiros	-	-	-	-	-	50	50
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	152.008	-	-	152.008
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	-	3.145.354	-	-	-	3.145.354
Outras obrigações	-	61.654	-	-	-	-	61.654
Total	-	61.654	3.145.354	152.008	-	50	3.359.066

Resultado em 30 de junho de 2022

Receitas com intermediação de serviços	-	114.118 ⁽¹⁾	-	-	586 ⁽⁹⁾	-	114.704
Receita de juros de contas a receber	-	-	459.312	-	-	-	459.312
Receita de aplicações financeiras	-	52.920 ⁽²⁾	-	-	-	-	52.920
Despesas com serviços de transações de pagamentos	-	(9.049) ⁽⁴⁾	(8.561)	-	-	-	(17.610)
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	-	(25.192) ⁽³⁾	-	-	-	-	(25.192)
Outras despesas administrativas	-	(830) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(830)
Despesas financeiras	-	(5.032) ⁽⁵⁾	-	(6.868) ⁽⁸⁾	-	-	(11.900)
Despesas com pessoal	-	-	-	-	-	(10.067)	(10.067)
Total	-	126.935	450.751	(6.868)	586	(10.067)	561.337

	J&F Participações S.A.	Banco Original S.A.	FIDC	Outras Partes relacionadas ^(a)	Total
--	------------------------	---------------------	------	---	-------

Em 31 de dezembro de 2021

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa	-	26.032	-	-	26.032
Títulos e valores mobiliários	-	-	494.160	-	494.160
Relações interfinanceiras	-	148.443	-	-	148.443
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	1.000.000	-	-	1.000.000
Outros instrumentos financeiros	67.480	-	-	-	67.480
Total	67.480	1.174.475	494.160	-	1.736.115

Passivo

Relações interfinanceiras	-	85.493	-	-	85.493
Recursos de terceiros	-	-	-	950	950
Obrigações por empréstimos e repasses	-	91.949	-	-	91.949
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	-	2.589.462	-	2.589.462
Outras obrigações	929	30.949	-	-	31.878
Total	929	208.391	2.589.462	950	2.799.732

Resultado em 30 de junho de 2021

Receitas com intermediação de serviços	-	41.137 ⁽¹⁾	15.184 ⁽⁷⁾	-	56.321
Receita de juros de contas a receber	-	-	172.731	-	172.731
Receita de aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Despesas com serviços de transações de pagamentos	-	(7.464) ⁽³⁾	-	-	(7.464)
Despesa pelo recebimento antecipado de valores	-	(12.560) ⁽⁴⁾	-	-	(12.560)
Outras despesas administrativas	-	(541) ⁽⁴⁾	-	-	(541)
Despesa com serviços técnicos especializados	(8.237) ⁽⁶⁾	-	-	-	(8.237)
Despesas com pessoal	-	-	-	(2.043)	(2.043)
Total	(8.237)	20.572	187.915	(2.043)	198.207

Ativo e passivo com partes relacionadas

Disponibilidades: O valor refere-se ao saldo em conta corrente no Banco Original.

Relações interfinanceiras - ativo: referem-se basicamente aos valores a receber pelas operações financeiras processadas pelo Banco Original na função de adquirente referente ao produto Cartão PicPay.

Outros instrumentos financeiros: referem-se a valores a receber previstos em contrato de ressarcimento de despesas de marketing relacionadas à marca PicPay.

Relações interfinanceiras - passivo: o valor a pagar ao Banco Original está relacionado ao custo de emissão, processamento e liquidação de boleto, ao custo de produção do Cartão PicPay, ao custo de saque e ao repasse referente às transações de P2M.

Depósitos: referem-se ao saldo em contas pré-pagas de partes relacionadas.

Obrigações por operações vinculadas a cessões: a Companhia transfere os direitos de crédito gerados a partir das transações de parcelamento de seus usuários para o FIDC sob um acordo de repasse com retenção substancial de riscos e benefícios.

Resultado com partes relacionadas

(a) Em "Despesas com pessoal" inclui diretores, conselheiros e membros próximos da família do pessoal-chave. Na linha de "Recursos de terceiros" inclui demais acionistas e membros próximos da família e em "Outros instrumentos financeiros" foram considerados saldos com as empresas PicPay Holding Ltda e Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A..

(1) Receitas relacionadas aos contratos com o Banco Original;

Em 1º de outubro de 2018, a PicPay e o Banco Original firmaram um Contrato de Interface de Programação do Aplicativo (Contrato de Uso de API de Pagamento), segundo o qual foram estabelecidos os termos e condições que regem o uso da interface de programação do aplicativo do Banco Original pela PicPay. O Acordo de Interface de Programação de Aplicativo concede a PicPay uma licença temporária e limitada para usar, acessar e copiar a interface de programação de aplicativo do Banco Original. O termo do contrato é por um período indefinido e qualquer uma das partes pode rescindir o contrato mediante aviso de 90 dias. Além disso, o Banco Original pode suspender, modificar, revogar ou rescindir de outra forma esta licença e seu direito de acesso e especificações técnicas aos seus serviços de interface de programação de aplicativos mediante o fornecimento da PicPay com 30 ou 60 dias de antecedência, o valor do aviso dependendo de qual está sendo suspenso, modificado, revogado ou encerrado. Nesse contrato, o Banco Original paga o PicPay pelo uso do API PAG para liquidação de boletos. As receitas que a PicPay gerou em decorrência desse acordo com o Banco Original foram reconhecidas no resultado como "receitas com intermediação de serviços" R\$ 7.398 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 3.952 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Em 11 de setembro de 2018, a PicPay e o Banco Original firmaram um Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário (Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário), segundo o qual a PicPay presta serviços ao Banco Original relativos a recebimentos, pagamentos e outras atividades relacionadas a terceiros e recebimento e encaminhamento de propostas de cartões de crédito do Banco Original. O prazo do contrato é de 24 meses e pode ser rescindido por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de 30 dias. Nesse contrato, o Banco Original paga a PicPay uma taxa por cartão de crédito ativo R\$ 0 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 1.007 no semestre findo em 30 de junho de 2021); um percentual sobre o valor total do crédito contratado e outro percentual relativo às parcelas pagas R\$ 56.805 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 12.274 no semestre findo em 30 de junho de 2021), ambos valores foram reconhecidos no resultado como "receitas com intermediação de serviços". Além disso, pelo fato deste contrato estar vinculado ao Contrato de Interface de Programação do Aplicativo (Contrato de Uso de API de Pagamento), a PicPay é remunerado pela utilização da API PAG para liquidação de boletos, conforme descrito acima.

Em 9 de setembro de 2020, a PicPay e o Banco Original firmaram um Contrato de Parceria de Cartão de Crédito (Contrato de Parceria para Emissão de Cartão de Pagamento), pelo qual as partes se comprometeram a desenvolver, promover e oferecer um cartão de crédito PicPay co-branded para nossos clientes sob um esquema de compartilhamento de receitas. O Contrato de Parceria de Cartão de Crédito tem um prazo de 10 anos e será renovado automaticamente por mais cinco anos, a menos que qualquer uma das partes se oponha pelo menos seis meses antes do prazo original expirar. Qualquer uma das partes pode rescindir o contrato: (1) fornecendo um aviso de 180 dias para a outra parte; ou (2) em caso de violação de uma disposição pela outra parte e tal falha persistir por mais de 30 dias mediante notificação. Nesse contrato, o Banco Original paga uma porcentagem da taxa de intercâmbio do cartão de crédito e débito à PicPay. As receitas que o PicPay gerou em decorrência dos acordos com o Banco Original referentes ao Cartão PicPay foram reconhecidas no resultado como "receitas com intermediação de serviços" R\$ 49.915 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 4.487 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Em 2 de setembro de 2020, a PicPay e o Banco Original celebraram um contrato de emissão de cartão de crédito corporativo (Contrato de Emissão de Cartão de Crédito Virtual Corporativo), segundo o qual o Banco Original concordou em emitir cartões de crédito virtuais para os clientes da PicPay. O prazo do contrato é indefinido e qualquer uma das partes pode rescindir o acordo mediante aviso prévio de 30 dias. Segundo esse contrato, o Banco Original paga uma porcentagem da tarifa de intercâmbio a PicPay. As receitas que a PicPay gerou em decorrência desse acordo com o Banco Original foram reconhecidas no resultado como "receitas com intermediação de serviços" R\$ 0 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 1.965 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

No exercício findo em 2020, os usuários da Companhia cederam seus direitos creditórios em moeda eletrônica das transações parceladas ao Banco Original, conforme acordo operacional firmado, a Companhia atua como representante dos cedentes e intermediária das operações. O valor apresentado na rubrica "Receita de prestação de serviço" referente ao ganho na baixa desses créditos totaliza R\$ 0 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 17.452, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(2) No semestre findo em 30 de junho de 2022, o resultado com operações de títulos e valores mobiliários foi de R\$ 52.920 (R\$ 0, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(3) Despesas relacionadas com os acordos com o Banco Original reconhecidas como "despesas com serviços de transações de pagamentos":

Sob este contrato, PicPay paga ao Banco Original pelo uso do API TED Envio e API Emissão de Boleto. As despesas da PicPay incorridas em decorrência deste acordo com o Banco Original foram reconhecidas nas demonstrações financeiras R\$ 0 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 32, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Em 3 de setembro de 2019, a PicPay e o Banco Original firmaram um Contrato de Prestação de Serviços de QR Code (Contrato de Prestação de Serviços Saque QR Code). De acordo com os termos deste contrato, o Banco Original concordou em fornecer determinados serviços ao PicPay, permitindo que o PicPay proporcionasse a seus usuários a capacidade de sacar valores em suas contas usando um QR Code em caixas eletrônicos. O prazo deste contrato é por tempo indeterminado. Qualquer uma das partes pode rescindir o contrato: (1) mediante aviso prévio de 90 dias; e (2) após a violação de uma disposição pela outra parte, fornecendo um aviso de pelo menos 10 dias a partir da data em que o aviso da violação for recebido pela parte inadimplente. Neste acordo, a PicPay paga uma taxa ao Banco Original, de acordo com a quantidade de saques feitos por mês. As despesas da PicPay incorridas em decorrência desse acordo com o Banco Original foram no montante de R\$ 18.850 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 7.464, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Despesas com o Banco Original relacionadas ao custo de produção do PicPay Card reconhecidas no montante de R\$ 6.342 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 0, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(4) Despesas relacionadas aos acordos com o Banco Original reconhecidas como "Despesas com serviços de transações de pagamentos" no montante de R\$ 9.049 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 12.560, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

Pelos contratos firmados em 4 de junho de 2020 e 18 de dezembro de 2020, o Banco Original concedeu a PicPay uma linha de crédito rotativo de 90 dias. Os valores sacados desta linha de crédito incorreram em juros de 2% ao mês conforme a utilização. Esta linha de crédito é renovada automaticamente por iguais períodos e pode ser rescindida por qualquer uma das partes a qualquer momento. O total pago ao Banco Original referente ao contrato em 2020 foi de R\$ 830 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 541, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(5) Em 28 de julho de 2021, PicPay e Banco Original firmaram uma cédula de crédito bancário (CCB) no valor total de R\$ 90.000, finalizado em abril de 2022. O total pago ao Banco Original foi de R\$ 5.032 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 0, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(6) A marca "PicPay" foi vendida para a J&F Participações em 2 de maio de 2019 pelo seu valor justo conforme apurado em laudo de avaliação independente. Com a venda da marca, a Companhia cedeu a titularidade de todos os direitos e obrigações sobre a marca e sua promoção, continuando com o direito de uso da marca, efetuando o pagamento de royalties com base na receita líquida, a partir de 01/05/2021 (obrigação esta que foi prorrogada pelo prazo de 120 dias) além da remuneração pela prestação de serviços de marketing com base no número de novos usuários. No semestre findo em 30 de junho de 2022, foi pago a título de remuneração R\$ 0 (R\$ 8.237, no semestre findo em 30 de junho de 2021). Em 20 de setembro de 2021 as partes decidiram encerrar este acordo, e a marca "PicPay" foi transferida da J&F Participações para a PicPay com todos os seus direitos e obrigações, nenhum montante foi desembolsado pela PicPay neste operação.

(7) A Companhia transfere os direitos de crédito gerados a partir das transações de parcelamento de seus usuários para o FIDC sob um acordo de repasse com retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios. No semestre findo em 30 de junho de 2022, o valor recebido das cessões totalizou R\$ 4.902.202 (R\$ 2.940.238, no semestre findo em 30 de junho de 2021). O montante apresentado na rubrica "receitas de prestação de serviços" totaliza R\$ 0 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 15.184, no semestre findo em 30 de junho de 2021), conforme remuneração prevista em contrato.

(8) Pelos contratos firmados em 18 de março de 2022 e 23 de maio de 2022, o PicPay Bank concedeu à PicPay uma cédula de crédito bancário (CCB). O total pago ao PicPay Bank foi de R\$ 6.868 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 0, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

(9) Crednovo e PicPay firmaram contrato para a intermediação dos serviços de P2P Lending (modalidade de empréstimo coletivo) onde a Crednovo faz o gerenciamento das operações e paga ao PicPay uma comissão por empréstimo ativo. As receitas que a PicPay gerou em decorrência desse foi de R\$ 586 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 0, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos ⁽¹⁾	323.624	75.129
Receitas com intermediação de serviços ⁽²⁾	153.373	74.647
Total das receitas de prestação de serviços	476.997	149.776

(1) Correspondem às receitas relacionadas às transações de pagamentos cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma do PicPay (P2P, PRO P2B, marketplace, store e pagamento de boletos) e tarifas.

(2) Refere-se principalmente à receita pelo serviço de intermediação no qual a PicPay atua como correspondente bancário na originação de operações com o Banco Original e FIDC.

21. DESPESAS COM PESSOAL

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Proventos	(210.908)	(101.448)
Encargos sociais	(88.454)	(50.018)
Benefícios a funcionários	(114.888)	(33.167)
Comissões e premiações	(43.761)	(19.322)
Total	(458.011)	(203.955)

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Despesa com processamento de dados	(105.096)	(77.895)
Despesa com serviços técnicos especializados	(36.186)	(31.952)
Despesa com propaganda e publicidade	(407.410)	(14.832)
Despesa de relacionamento com clientes	(121.270)	(39.546)
Despesa com depreciação e amortização	(34.611)	(22.964)
Despesa com comunicação	(2.270)	(1.661)
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	(15.884)	(12.472)
Total	(722.727)	(201.322)

(1) Corresponde principalmente às despesas de funcionamento, prediais e bens de pequeno valor.

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Despesa de contribuição ao COFINS	(71.025)	(28.041)
Despesa de ISS	(17.763)	(7.364)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(13.617)	(5.552)
Outras despesas tributárias ⁽¹⁾	(541)	(1.270)
Total	(102.946)	(42.227)

(1) Corresponde basicamente à despesa com IOF, IPTU e demais impostos, contribuições e taxas.

24. DESPESA PELO RECEBIMENTO ANTECIPADO DE VALORES

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Despesa pelo recebimento antecipado de valores ⁽¹⁾	(85.102)	(20.160)
Total	(85.102)	(20.160)

(1) Corresponde às despesas pelo recebimento antecipado da agenda de valores a receber das adquirentes relativas às transações de cartões de crédito.

25. DESPESA COM SERVIÇOS ASSOCIADOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Despesas com <i>chargeback</i> ⁽¹⁾	(76.222)	(148.773)
Despesas com serviços de transações de pagamentos ⁽²⁾	(60.196)	(15.270)
Total	(136.418)	(164.043)

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2022, R\$ 68.930 (R\$144.323 em 30 de junho de 2021) refere-se a perdas relacionadas a fraudes externas.

(2) Corresponde principalmente às despesas de processamento de saques, cartão de crédito e depósitos via boleto.

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Perdas operacionais	(23.932)	(28.228)
Provisões para contingências	(3.211)	(1.378)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(1.784)	(44)
Total	(28.927)	(29.650)

(1) Corresponde substancialmente ao efeito no resultado de variação cambial passiva juros de mora.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Perda na baixa de imobilizado	(2)	(34)
Outras despesas ⁽¹⁾	(2.062)	(428)
Outras receitas ⁽²⁾	1.442	145
Total	(622)	(317)

(1) Corresponde principalmente a despesas indedutíveis.

(2) Valores principalmente relacionados a descontos recebidos e recuperações de despesas.

28. GESTÃO DE RISCOS

28.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura específica para gestão de riscos, incluindo políticas e procedimentos, abrangendo a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez (incluindo fluxo de caixa e das aplicações dos recursos mantidos em contas de pagamento) incorridos pela instituição.

Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias da instituição, entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro.

O risco de crédito na Companhia decorre das exposições com outras instituições financeiras ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Importante reforçar que a Companhia, como instituição de pagamento pré-paga, não realiza operações de crédito para seus usuários.

• Caixa e equivalentes de caixa:

O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada a alocação em instituições com avaliação "AAA" pelas agências de rating (Moody's, S&P ou Fitch). Com base na avaliação de risco da PicPay, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

• Investimentos financeiros:

Se referem principalmente a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa perda de crédito reconhecida para esses ativos.

• Valores a receber de adquirentes:

A Companhia reconhece os valores a receber das adquirentes pela sua atividade como sub-adquirente e também quando os usuários utilizam o aplicativo para quitar boletos ou realizam outras transações com cartão de crédito cadastrado no aplicativo. Esses recebíveis têm vencimento em até doze parcelas mensais. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de inadimplência por parte das adquirentes.

Para a operacionalização, a PicPay utiliza adquirentes nacionais buscando evitar concentração em uma única adquirente e aumentar a eficiência financeira, todos os recebíveis são cedidos para o FIDC (com coobrigação) ou para o Banco Original (sem coobrigação), antecipando os valores para prazos mais curtos. As transações de cartão de crédito são processadas pelas seguintes adquirentes: Cielo, Getnet e Stone.

A PicPay utiliza apenas adquirentes autorizadas a funcionar pelo Banco Central, sendo supervisionadas e monitoradas quanto ao nível de patrimônio mínimo para a operação, e que possuam rating nacional "AAA" pelas agências de rating (S&P ou Fitch). Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber dos Estabelecimentos Comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento. Vale ressaltar que até o momento a PicPay não sofreu perdas com recebíveis das adquirentes.

A Administração da PicPay não espera perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude.

O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros. Além disso, as adquirentes e emissores têm outros fatores de mitigação como:

• Os valores vencidos em até 27 dias da data da operação original, inclusive os que vencem na primeira parcela do parcelamento a receber, são garantidos pelo acordo de pagamento, caso os devedores legais não efetuem o pagamento.

• Processos de mitigação de falhas operacionais, como prevenção de fraudes, limitações de antecipação de agenda, entre outros.

Os emissores de cartões de crédito são supervisionados pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2022, o montante total a receber das adquirentes é de R\$ 3.200.024 (R\$ 2.625.074, em 31 de dezembro de 2021), e com base nas probabilidades de inadimplência atribuídas pelas agências de classificação e os processos de mitigação de risco apresentados acima, foi registrada a provisão para perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 1 em 30 de junho de 2022 (R\$ 791, em 31 de dezembro de 2021).

• Outros ativos financeiros:

Referem-se principalmente as transações envolvendo partes relacionadas que se baseiam em condições negociadas entre a Companhia e as empresas ligadas. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia não registrou nenhuma perda por redução ao valor recuperável nas contas a receber relacionadas aos valores devidos com partes relacionadas por entender que não há risco de crédito sobre os saldos em aberto.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos financeiros ou investimentos aumentar ou diminuir como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. É política do Grupo que não sejam realizadas negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de taxa de juros

A PicPay possui títulos públicos e compromissadas em cumprimento a Resolução BCB nº 80, que exige que as instituições de pagamento mantenham o valor total do saldo de seus usuários em títulos do Governo com prazo inferior a 540 dias, compromissadas emitidas pelo Governo e / ou saldo em conta específica no Banco Central do Brasil. Os investimentos em títulos do Governo são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Desta forma, a Companhia está exposta principalmente às flutuações da SELIC (taxa básica de juros no Brasil).

A tabela abaixo apresenta a composição da carteira alocada para atender aos requisitos da Resolução BCB nº 80.

Tipo	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Índice	Vencimento	Valor	Índice	Vencimento	Valor
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	01/09/2022	769.511	Selic	01/03/2022	591.827
		01/03/2023	701.955		01/09/2022	617.592
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Selic	01/09/2023	563.278		01/03/2023	638.887
		01/01/2023	6.552.501	Selic	03/01/2022	4.550.001
Total			8.587.245			6.398.307

Adicionalmente foi realizada uma análise de sensibilidade referente a exposição à taxa de juros aos quais os ativos financeiros estão expostos em 30 de junho de 2022. Como premissa, foram adotados impactos de 10% para cima ou para baixo, tanto na taxa SELIC quanto na taxa de CDI. Como resultado, a receita financeira com relação aos investimentos de curto prazo e dos títulos públicos seriam impactadas da seguinte forma:

Em 30 de junho de 2022

Tipo	Risco de Taxa	Choque da taxa básica de juros		
		Valor total da carteira	+10%	-10%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	2.034.744	1.000	(1.000)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Selic	6.552.501	3.220	(3.220)
Depósitos ⁽¹⁾	CDI	8.376.964	72.963	(72.963)

Em 31 de dezembro de 2021

Tipo	Risco de Taxa	Choque da taxa básica de juros		
		Valor total da carteira	+10%	-10%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	1.848.306	1.423	(1.423)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Selic	4.550.001	3.504	(3.504)
Depósitos ⁽¹⁾	CDI	6.408.561	(28.453)	28.453

(1) Como estratégia de negócios com o objetivo de atrair e manter sua base de usuários, a PicPay utiliza a "taxa CDI" (taxa de depósito interbancário brasileira) para remunerar diariamente o saldo da carteira dos usuários PicPay. Considerando que, não há prazo determinado, a PicPay pode deixar de remunerar os saldos de seus usuários, a qualquer momento, desde que não haja exigência legal. Essa falta de obrigação atua como um mitigador de risco em caso de movimentos de altas taxas de juros, permitindo que a PicPay interrompa quando quiser.

b) Risco Cambial

A PicPay possui compromisso de pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. Esses compromissos se referem a prestação de serviços, licenças de *software*, entre outros. A Companhia realiza o acompanhamento desses pagamentos e a exposição a moeda estrangeira.

A tabela a seguir mostra a sensibilidade a um choque na cotação do dólar norte-americano, com todas as demais variáveis mantidas constantes.

Em 30 de junho de 2022

Tipo	Risco de Taxa	Em 30 de junho de 2022		
		Valor total	Choque na cotação +10%	Choque na cotação -10%
Outras Obrigações	Dólar	3.572	357	(357)

Tipo	Risco de Taxa	Em 31 de dezembro de 2021		
		Valor total	Choque na cotação +10%	Choque na cotação -10%
Outras Obrigações	Dólar	2.638	264	(264)

Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez da PicPay incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas baseadas no orçamento.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos para o caixa projetado, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- Liquidez do saldo de moedas eletrônicas emitidas: Monitoramento diário do saldo em títulos públicos para a cobertura do saldo total da carteira de usuários.

O fluxo de caixa projetado da Companhia é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria e pela área de Riscos com o objetivo de garantir que a Companhia tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais.

Adicionalmente a companhia possui políticas que estabelecem as diretrizes para o monitoramento do risco de liquidez, além de possuir um plano de contingência de liquidez com os procedimentos a serem adotados nos casos de crise de liquidez, inclusive com alternativas para a captação de recursos. As políticas e procedimentos desenvolvidos estão de acordo com os requerimentos da Circular BC nº 3.681/2013.

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.

Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco.

É importante ressaltar que a PicPay não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A tabela a seguir demonstra o vencimento contratual de ativos e passivos financeiros:

Em 30 de junho de 2022

Ativos Financeiros	Até 30 dias	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.552.501	-	-	-	6.552.501
Títulos e valores mobiliários	28.339	769.510	673.616	1.215.900	2.687.365
Relações interfinanceiras	926.451	1.196.694	1.133.887	-	3.257.032
Outros ativos financeiros	61.349	-	-	67.481	128.830
Total	7.568.640	1.966.204	1.807.503	1.283.381	12.625.728

Passivos Financeiros	Sem vencimento	Até 30 dias	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contas de pagamento pré-pagas	8.376.964	-	-	-	8.376.964
Relações interfinanceiras	-	80.962	-	-	80.962
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	890.487	1.112.926	1.140.493	3.143.906
Obrigações por empréstimos e repasses	-	202.123	96.991	-	299.114
Outros passivos financeiros	-	188.148	5.799	-	193.946
Total	8.376.964	1.361.720	1.215.716	1.140.493	12.094.892

Em 31 de dezembro de 2021

Ativos Financeiros	Até 30 dias	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.550.001	-	-	-	4.550.001
Títulos e valores mobiliários	-	591.827	617.592	1.133.184	2.342.603
Relações interfinanceiras	921.983	1.051.866	880.330	-	2.854.179
Outros ativos financeiros	20.752	2.421	2.697	67.480	93.350
Total	5.492.736	1.646.114	1.500.619	1.200.664	9.840.133

Passivos Financeiros	Sem vencimento	Até 30 dias	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contas de pagamento pré-pagas	6.408.561	-	-	-	6.408.561
Relações interfinanceiras	-	131.454	-	-	131.454
Obrigações por operações vinculadas a cessões	-	761.759	927.705	883.961	2.573.425
Obrigações por empréstimos e repasses	-	91.949	40.018	96.312	228.279
Outros passivos financeiros	-	214.027	30.359	4.785	249.171
Total	6.408.561	1.199.189	998.082	985.058	9.590.890

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os títulos do Governo relacionados, adquiridos em cumprimento à Resolução BCB nº 80 e reconhecidos como "títulos e valores mobiliários", podem ter um prazo de vencimento máximo de 540 dias, mas historicamente apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

Risco operacional

Segundo a Resolução BCB nº 25, incluem-se nos eventos de risco operacional: falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento; falhas na identificação e autenticação do usuário final; falhas na autorização das transações de pagamento; fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades envolvidas em arranjos de pagamento; e falhas na iniciação de transação de pagamento.

A Companhia possui áreas dedicadas à mitigação de perdas operacionais, entre elas:

- **Risco Operacional:** identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.
- **Prevenção a Fraudes:** desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.
- **Segurança da Informação:** criação de controles e processos, visando a melhoria contínua da proteção das informações, da aplicação, da rede interna, da estrutura em cloud e disseminar a cultura de segurança da informação.

O risco operacional mais relevante para a Companhia é o risco de fraude externa, que se trata de atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito da PicPay. A fraude de cartão de crédito inclui o uso não autorizado de cartões perdidos, roubados, fraudulentos, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário da PicPay. Dentro desse cenário, a Companhia está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / *chargeback*).

Risco de fraude

A Companhia está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito da PicPay. A fraude de cartão de crédito inclui o uso não autorizado de cartões perdidos, roubados, fraudulentos, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário da PicPay. Dentro desse cenário, a Companhia está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / *chargeback*).

O processo de *chargeback* começa quando um usuário faz uma transação via cartão de crédito no aplicativo PicPay e, por motivos não relacionados ao PicPay, decide contestar a transação junto ao emissor do cartão, que a encaminha ao adquirente que realiza o cancelamento da transação, reduzindo o valor de contas a pagar que possui em aberto com a PicPay.

A Companhia possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

28.2 Gestão de Capital

A PicPay possui processos e controles implementados para garantir o patrimônio líquido mínimo ajustado pelos limites de resultados (patrimônio líquido mais lucros / perdas do período) exigidos pela Circular nº 3.681 que visa garantir que as instituições de pagamento tenham patrimônio suficiente para suportar a operação. De acordo com tais regulamentos, o capital social mínimo ajustado da PicPay deve ser equivalente ao maior de:

- 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses; ou
- 2% do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

O patrimônio líquido ajustado é calculado como o capital social, mais o valor do aumento de capital futuro e das receitas e subtraindo os custos e despesas e a perda acumulada para o ano.

A área de Risco calcula esses valores mensalmente à título de acompanhamento e controle, visto que o patrimônio mínimo requerido não se aplica as instituições de pagamento integrantes do conglomerado prudencial. Cenário que a PicPay está inserida, onde o Banco Original é o controlador da Companhia no conglomerado prudencial.

No exercício findo em 30 de junho de 2022, a exigência de capital da PicPay com base em 2% da média de TPV dos últimos 12 meses foi de R\$ 202.500. Patrimônio Líquido Ajustado da PicPay foi de R\$ 1.109, cobrindo assim 548% do valor necessário.

28.3 Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2022, o valor justo dos ativos financeiros da Companhia registrados no balanço patrimonial, se aproximam ao valor de curva, por serem representados principalmente por itens de curto prazo e por estarem indexados às taxas de mercado.

Os ativos realizados pela PicPay são operados com as seguintes motivações:

- Recebíveis gerados por suas atividades como instituição de arranjo de pagamento;
- Gestão de liquidez de caixa disponível; e
- Obrigações regulatórias quanto aos valores de moedas eletrônicas emitidas conforme requerido na Circular nº 3.681.

Estimativa do Valor Justo

A tabela a seguir apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da PicPay:

Ativos Financeiros	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia
Títulos públicos (Circular BCB Nº 80) ⁽¹⁾	2.034.745	2.034.745	nível I	1.848.306	1.848.306	nível I
Relações interfinanceiras ⁽²⁾	3.257.032	3.257.032	nível II	2.854.179	2.854.179	nível II
Títulos privados ⁽³⁾	652.471	652.471	nível II	494.160	494.160	nível II
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Circular BCB Nº 80) ⁽¹⁾	6.552.501	6.552.501	nível I	4.550.001	4.550.001	nível I
Outros investimentos ⁽³⁾	149	149	nível I	137	137	nível I
Outros instrumentos financeiros ⁽⁵⁾	128.830	128.830	nível II	93.350	93.350	nível II
Total	12.625.728	12.625.728		9.840.133	9.840.133	

Passivos Financeiros	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Nível de Hierarquia
Contas de pagamento pré-pagas ⁽⁴⁾	8.376.964	8.376.964	nível II	6.408.561	6.408.561	nível II
Relações interfinanceiras ⁽⁵⁾	80.962	80.962	nível II	131.454	131.454	nível II
Obrigações por operações vinculadas a cessões ⁽⁶⁾	3.143.906	3.143.906	nível II	2.573.425	2.573.425	nível II
Obrigações por empréstimos e repasses ⁽⁵⁾	299.114	299.114	nível II	228.279	228.279	nível II
Outros passivos financeiros ⁽⁵⁾	193.946	193.946	nível II	249.171	249.171	nível II
Total	12.094.892	12.094.892		9.590.890	9.590.890	

(1) Devido à alta liquidez, o valor contábil das aplicações financeiras são próximas ao valor justo.

(2) As operações de cartão de crédito a prazo são cedidas para o FIDC que realiza o pagamento ao PicPay descontando a receita da operação. Assim o PicPay recebe o valor das operações com as adquirentes dentro da agenda estipulada e realiza o repasse ao FIDC. Assim não havendo diferença entre o valor contábil e o valor justo.

(3) Outros investimentos são investimentos de renda fixa, com liquidez diária onde o valor contábil é considerado o mesmo do valor justo.

(4) O saldo disponível em carteira (usuários) têm liquidez imediata e os juros são acumulados diariamente, de modo que o valor contábil seja próximo do valor justo.

(5) As operações são realizadas conforme contrato, são liquidadas financeiramente dentro dos prazos acordados, não sofrendo impactos de taxas ou indexadores ou diferenças entre o valor contábil e o valor justo.

(6) Os valores são cedidos para o FIDC para a liquidação da cessão conforme agenda. Os valores são cedidos no mesmo dia em que as adquirentes fazem o pagamento a PicPay. Os valores que são cedidos têm prazo máximo de 12 meses e o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, não houve alterações entre as mensurações de valor justo de Nível I e Nível II ou entre o Nível II e Nível III.

Compensação de instrumentos financeiros

Os saldos de ativos e passivos financeiros podem ser compensados (valor líquido) caso exista um documento legalmente executável no qual as partes aceitem a compensar os valores reconhecidos e pretendem liquidar em uma base líquida, ou a realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 30 de junho de 2022, a Picpay não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento pelo valor líquido.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conciliação da movimentação patrimonial com fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Obrigações por Empréstimos e Repasses	Obrigações por Operações vinculadas a cessões	Capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	421.578	841.246
Variação com efeito caixa	83.458	999.175	177.201
Valores pagos de operações vinculadas a cessões	-	(1.577.782)	-
Valores recebidos de operações vinculadas a cessões	-	2.940.238	-
Juros recebidos de operações vinculadas a cessões	-	(363.281)	-
Valores provenientes de empréstimos recebidos	83.999	-	177.201
Juros pagos de conta garantida	(541)	-	-
Variação sem efeito caixa	-	358.195	-
Transação com partes relacionadas	-	358.195	-
Saldo em 30 de junho de 2021	83.458	1.778.948	1.018.447
Saldo em 31 de dezembro de 2021	228.279	2.573.425	2.054.774
Variação com efeito caixa	52.398	(93.103)	1.054.830
Valores pagos de operações vinculadas a cessões	-	(4.315.439)	-
Valores recebidos de operações vinculadas a cessões	-	4.902.202	-
Juros recebidos de operações vinculadas a cessões	-	(679.866)	-
Aportes de capital	-	-	1.054.830
Valores provenientes de empréstimos recebidos	200.000	-	-
Valores empréstimos pagos	(130.000)	-	-
Juros pagos de empréstimos	(17.602)	-	-
Variação sem efeito caixa	18.437	663.584	-
Transação com partes relacionadas	-	663.584	-
Juros sobre empréstimos	18.437	-	-
Saldo em 30 de junho de 2022	299.114	3.143.906	3.109.604

b) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 a Companhia obteve os seguintes resultados:

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Prejuízo do Semestre	(663.188)	(353.978)
(-) Eventos não recorrentes	-	-
Prejuízo recorrente do Semestre	(663.188)	(353.978)

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Ofícios datados de 01 e 26 de julho de 2022, o Banco Central do Brasil aprovou os aumentos de capital de 31 de maio e 30 de junho de 2022, respectivamente.

Em Julho de 2022, o PicPay Bank iniciou a emissão de certificados de depósitos bancários ("CDB") para os usuários da PicPay com base nos saldos registrados em contas de pagamento pré-pagas. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, o total de depósitos migrados da PicPay para o PicPay Bank era de R\$ 7.667.353.

José Antonio Batista Costa
 Diretor Presidente

Augusto Ribeiro Junior
 Diretor Financeiro

Mariana Tamarindo Cota
 Contadora
 CRC SP: 1SP285237